

PROCESSO - A. I. Nº 277993.0172/05-1
RECORRENTE - TECHLINK INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA BAHIA LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JF nº 0096-04/06
ORIGEM - INFAZ ILHÉUS
INTERNET - 11/09/2006

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJE Nº 0278-11/06

EMENTA: ICMS. REMESSA EM DEMONSTRAÇÃO DESTINADA A CONTRIBUINTE LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO. OPERAÇÃO TRIBUTÁVEL CONSIDERADA COMO NÃO TRIBUTÁVEL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Em se tratando de remessa interestadual de mercadorias em demonstração a legislação tributária não prevê a suspensão do imposto na forma preconizada pelo art. 599 do RICMS/BA. Infração comprovada, pois a ulterior emissão de documento fiscal não corrige o trânsito irregular de mercadoria. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte contra a Decisão da 4ª JF, que julgou Procedente o Auto de Infração sob exame para exigir ICMS no valor de R\$17.398,65 e multa de 60%, em razão da falta de destaque do ICMS em documento fiscal, acobertando o trânsito de mercadorias para fora do Estado da Bahia, a título de demonstração.

Sustenta a Decisão da 4ª JF, ora recorrida que:

- se trata de Auto de Infração no qual foi constatada a remessa de mercadoria tributável como não tributável, através da Nota Fiscal nº 1008 e conhecimento de transporte nº AWB 83 33814-6/VARIGLOG, documentos de fls. 08 e 09 do PAF, no trânsito de mercadorias, posto fiscal Aeroporto Luis Eduardo Magalhães, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências nº 152577.0052/05-6, de fls. 06 e 07.
- a empresa autuado emitiu o documento fiscal nº 1008 em 06/12/2005, para destinatário situado em Belo Horizonte, R V Tecnologia e Sistemas S.A, relativo a “330 esasyad”, no valor de R\$144.988,80 com a natureza da operação “Demonstração”, com o campo de cálculo do imposto em branco, contrariando o disposto no art. 219, inciso V do RICMS/97;
- o documento fiscal considerado inidôneo, por conter declaração inexata, (art. 209, IV), foi desconsiderado pelo fisco, sendo cobrado o imposto pela operação tributável;
- o contribuinte reconheceu que houve equívoco na emissão da nota fiscal, e na tentativa de corrigi-lo emitiu as Notas Fiscais nºs 1024, 1025 e 1027, em 12.12.2005, após a lavratura do Auto de Infração, documentos de fls. 51 a 53;
- em se tratando de remessa interestadual de mercadorias em demonstração a legislação tributária não prevê a suspensão do imposto na forma preconizada pelo art. 599 do RICMS/BA;
- deve ser mantida a autuação, pois o trânsito irregular da mercadoria não se corrige pela ulterior apresentação da documentação fiscal, conforme art. 911, § 5º do RICMS/97. Ademais, a responsabilidade por infração relativa ao ICMS não depende da intenção do agente ou

beneficiário, bem como da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato (art. 911, § 1º RICMS/97).

Conclui pela Procedência do Auto de Infração.

Insatisfeito com a referida Decisão o recorrente interpôs Recurso Voluntário, no qual alega, em síntese, a ausência de prejuízo ao Erário Estadual pelo não destaque do ICMS em documento fiscal, em razão do seu regime especial, sem trazer nenhum documento capaz de elidir a infração já consumada.

O Representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, entendeu que não há que se apontar como elemento supressor da conduta infracional a simples alegação de prejuízo ao erário, em vista do inequívoco cometimento da infração.

Em razão disso, opina pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

VOTO

Após análise dos autos, verifico que não assiste razão ao recorrente. Isto porque, restou demonstrada no presente PAF a consumação da infração à legislação tributária, relativa à falta de destaque do ICMS em documento fiscal acobertando o trânsito de mercadoria para fora do Estado da Bahia.

Não bastasse isso, o próprio contribuinte reconheceu o cometimento da infração ao tentar corrigir a Nota Fiscal nº 1008, através da emissão das Notas Fiscais nºs 1024, 1025 e 1027, em 12.12.2005, após a lavratura do Auto de Infração (documentos de fls. 51 a 53). O trânsito irregular da mercadoria, como bem ressaltou a Decisão recorrida, não se corrige pela ulterior apresentação da documentação fiscal, conforme art. 911, § 5º do RICMS/97.

Por fim, faz-se mister destacar que se tratando de remessa interestadual de mercadorias em demonstração, a legislação tributária não prevê a suspensão do imposto na forma preconizada pelo art. 599 do RICMS/BA;

Ante o exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário para manter na íntegra a Decisão recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **277993.0172/05-1**, lavrado contra **TECHLINK INDÚSTRIA ELETRÔNICA DA BAHIA LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$17.398,65**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de julho de 2006.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

MARCOS ROGÉRIO LYRIO PIMENTA – RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR – REPR. DA PGE/PROFIS